

# MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

CNPJ 01.396.770/0001-68



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Aos Acionistas**  
 Em cumprimento aos dispositivos legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração, as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros ("MAPFRE RE" ou "Resseguradora"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, em consonância com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).  
 Ao longo de 2021 vimos o forte impacto da segunda onda de contágio da COVID 19 atingir o Brasil e, com isso, a retomada à normalidade viu-se afetada. Nesse contexto, a MAPFRE RE definiu que as prioridades fossem a segurança sanitária de sua equipe e familiares assim como a manutenção da excelência, ainda que remota, nos seus níveis de serviço. Em coordenação com as áreas de tecnologia e segurança da informação de nossa matriz, pudemos dispor de acesso seguro para que toda a equipe utilizasse as diferentes ferramentas de trabalho e contatasse remotamente aos diferentes clientes.  
 Ainda sobre os impactos gerados pela incerteza da pandemia que atinge o mundo, além dos inúmeros desafios econômicos, sociais e políticos e da impossibilidade de prever os impactos mundiais da crise sobre a economia global e de todos os desafios e dificuldades apresentados neste exercício, a MAPFRE RE, obteve em 31 de dezembro de 2021, um lucro líquido de R\$ 27.604 mil, crescimento de 43% sobre o mesmo período do ano anterior. O crescimento da carteira combinado com nossa política de subscrição prudente e com uma equipe com um profundo conhecimento técnico refletiu no resultado positivo do exercício mesmo nos momentos de incerteza econômica e políticas.  
 A atuação da MAPFRE RE segue sendo pautada pela excelência técnica, foco em crescimento rentável e desenvolvimento conjunto com nossos clientes. Em 2021, a MAPFRE RE, emitiu no exercício, prêmios líquidos de comissões, o montante de R\$ 1.040.894 mil, com um relevante

crescimento da carteira de 75% em comparação com o exercício anterior, demonstrando o empenho e a confiança da Resseguradora no mercado local.  
 Conjuntamente com os esforços de crescimento da carteira de resseguros aceito, a MAPFRE RE, possui contratos de retrocessão, avaliados anualmente, cuja finalidade é proteger sua carteira em caso de sinistros de intensidade e volatilidade em seu portfólio. O crescimento da carteira e o ajuste do painel de retrocessão, gerou um resultado na rubrica "Resultado com retrocessão" de R\$ 47.359. O índice de sinistralidade do aceite ficou em 89% do prêmio ganho aceito apresentando uma redução de 36 pontos percentuais em comparação ao exercício anterior. A Resseguradora registrou um índice de sinistralidade líquido dos efeitos de retrocessão de 86% do prêmio ganho (vide nota 18b).  
 No decorrer deste exercício, houve a redução de sinistros relevantes na carteira da Resseguradora o que reduziu os impactos dos índices de sinistralidade combinado com a eficiente política de retrocessão adotada pela Companhia. Importante ressaltar que até o encerramento deste exercício, nossa sinistralidade não foi fortemente impactada pela pandemia e os sinistros ocorridos em nossa carteira ficaram dentro do panorama normal da operação.  
 As despesas administrativas representaram 1% dos Prêmios Ganhos, reduzindo dois pontos percentuais em relação ao exercício anterior, mesmo com o crescimento elevado da carteira não houve impacto nas despesas administrativas.  
 Os investimentos da Resseguradora representam um montante de R\$ 662.940 mil, com um incremento de 28,58% em comparação ao ano anterior, demonstrando a solidez e liquidez da Companhia.  
 A Resseguradora provisionou o capital investido pelos acionistas no montante de R\$ 9.564 mil, utilizando a política de Juros sobre Capital Próprio, os quais são computados no cálculo dos dividendos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia o que demonstra mais uma vez, o compromisso da Companhia em remunerar os acionistas.

Seguindo sua cultura de solidez e solvência, os acionistas decidiram capitalizar parte das Reservas de Capital no valor de R\$ 49.960, elevando seu Capital Social para R\$ 150.000 mil.  
 Como pode ser verificado pelos números apresentados, a MAPFRE RE segue com solidez financeira e liquidez para honrar os seus compromissos.  
 Atendendo ao disposto na Circular SUSEP nº 517/15 (revogada a partir de 3 de janeiro de 2022 pela Circular SUSEP nº 648/21), e posteriores alterações, com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, a MAPFRE RE do Brasil declarou ter capacidade financeira de manter até o vencimento os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento", detalhados em nota explicativa específica.  
 Nos últimos anos, a Resseguradora vem seguindo sua estratégia em focar na rentabilidade da carteira, que mesmo com as variações de mercado e momento de crise na economia brasileira mantivemos estáveis as margens de lucros, o que demonstra a eficiência na gestão de riscos adotadas pela Resseguradora. Este período houve o crescimento de carteira com diversos clientes que acreditam na solidez, no conhecimento técnico e na qualidade da atuação da MAPFRE RE.  
 A Companhia tem como maior objetivo, atender com alta performance as demandas de nossos clientes e seguir crescendo com sustentabilidade e contribuir com a economia brasileira, mantendo sempre uma postura prudente de subscrição e de excelência técnica nos serviços prestados, focando na diversificação da carteira, inovação e desenvolvimento dos serviços de resseguros.  
 A Administração da MAPFRE RE aproveita, ainda, a oportunidade para agradecer o apoio e orientações oferecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e às demais autoridades do setor, bem como aos nossos acionistas, parceiros e clientes pela confiança depositada, aos nossos profissionais, pela dedicação, qualidade e técnica nos trabalhos prestados, mantendo a motivação elevada e a cada colaborador que esteve conosco no passado e que deixaram sua marca impressa no desenvolvimento da MAPFRE RE do Brasil.  
 São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>1.296.990</b>	<b>1.095.107</b>
Disponível		7.877	9.958
Caixa e bancos	4	7.877	9.958
Equivalentes de caixa	4	—	348
Aplicações	5	557.004	488.540
<b>Créditos das operações com resseguros e retrocessão</b>		<b>6A1 355.566</b>	<b>373.461</b>
Operações com seguradoras	6A1	320.430	273.462
Operações com resseguradoras	6A1	35.136	63.979
<b>Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas</b>		<b>15 356.657</b>	<b>237.491</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>19.879</b>	<b>21.323</b>
Títulos e créditos a receber		19.879	21.323
Créditos tributários e previdenciários	7	19.850	21.295
Outros créditos		22	11
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>7</b>	<b>6</b>
Não circulante		861.412	430.870
Realizável a longo prazo		856.943	426.716
Aplicações	5	110.559	30.652
<b>Créditos das operações com resseguros e retrocessão</b>		<b>6A1 5.925</b>	<b>—</b>
Operações com seguradoras	6A1	5.925	—
<b>Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas</b>		<b>15 736.053</b>	<b>396.064</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>7 4.406</b>	<b>—</b>
Créditos tributários e previdenciários	7	4.406	—
<b>Imobilizado</b>		<b>8 4.469</b>	<b>4.154</b>
Imóveis de uso próprio		3.694	3.755
Bens móveis		775	399
<b>Total do ativo</b>		<b>2.158.402</b>	<b>1.525.977</b>

	Notas	2021	2020
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>877.552</b>	<b>641.009</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>12.184</b>	<b>3.628</b>
Obrigações a pagar	12a	9.195	1.712
Impostos e encargos sociais a recolher		714	259
Encargos trabalhistas		609	508
Impostos e contribuições	11	1.666	1.149
<b>Débitos de operações com resseguros e retrocessão</b>		<b>215.432</b>	<b>164.337</b>
Operações com resseguradoras	6A2	210.978	159.592
Corretores de resseguros		4.454	4.745
<b>Depósitos de terceiros</b>		<b>10 15.455</b>	<b>18.581</b>
<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>		<b>15 634.481</b>	<b>454.463</b>
<b>Não circulante</b>		<b>1.070.406</b>	<b>682.758</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>12b —</b>	<b>1.954</b>
Tributos Diferidos		—	1.954
<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>		<b>15 1.070.406</b>	<b>680.804</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>13 210.444</b>	<b>202.210</b>
Capital social		100.400	100.400
Aumento de capital (em aprovação)		49.960	—
Reserva de lucros		67.318	99.239
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(6.874)	2.931
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.158.402</b>	<b>1.525.977</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

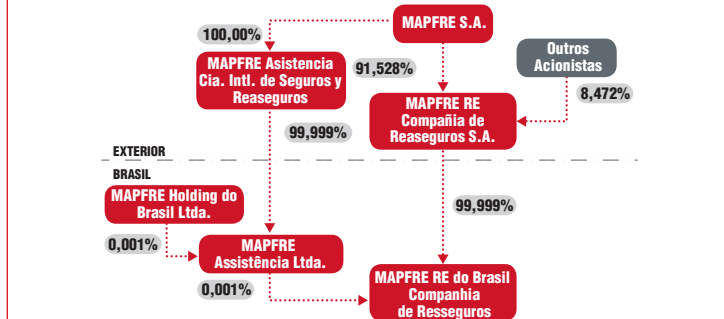
	Aumento de capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Ajustes de valor patrimonial	Total
	Capital social	(em aprovação)	Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2020</b>	100.040	—	10.046	79.181	—	—	189.267
<b>Resultado do exercício</b>	—	—	—	—	19.233	—	19.233
Reserva legal	—	—	962	—	(962)	—	—
Reserva estatutária	—	—	—	9.050	(9.050)	—	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(9.221)	(9.221)	—
Ajuste com títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	2.931	2.931	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	100.040	—	11.008	88.231	—	2.931	202.210
Aumento de capital em aprovação - AGE de 24 de dezembro de 2021	—	49.960	—	(49.960)	—	—	—
<b>Resultado do exercício</b>	—	—	—	—	27.604	—	27.604
Reserva legal	—	—	1.380	—	(1.380)	—	—
Reserva estatutária	—	—	—	16.659	(16.659)	—	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(9.565)	(9.565)	—
Ajuste com títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	(9.805)	(9.805)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	100.040	49.960	12.388	54.930	—	(6.874)	210.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (doravante designada por "Resseguradora" ou "Companhia", com sede no Brasil, à Rua Olímpíadas, 242, São Paulo, Capital, CNPJ 01.396.770/0001-68, tem como objetivo social: (a) as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na legislação em vigor; e (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item (a) acima. O controle acionário da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros é exercido pela MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, tendo 99,99% de participação societária nas ações ordinárias da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros.



### 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 (revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pela Circular SUSEP nº 648/2021) e, alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração da Resseguradora considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Base para mensuração e moeda funcional: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Resseguradora é o Real. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. c) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; Nota 5 - Aplicações financeiras; e - Nota 6 - Operações com seguradoras e resseguradoras; e - Nota 15 - Provisões técnicas; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil; Nota 6 - Operações com seguradoras e resseguradoras; Nota 15 - Provisões Técnicas; e, Nota 17 - Gerenciamento de riscos; d) Segregação entre circulante e não circulante: A Resseguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. A Resseguradora efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido, como por exemplo, as provisões e ativos ligados às provisões técnicas, tiveram seus valores divulgados no ativo/passivo não circulante através dos percentuais apurados pelo estudo do teste de adequação de passivo (TAP). e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Resseguradora, encontra-se: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros: substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos financeiros; reconhecimento e mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os exercícios anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com resseguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os exercícios de 2020 e 2021, essa predominância em atividades de resseguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do IFRS 17. A IFRS 17 - Contratos de seguros: A IFRS 17 estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de resseguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Os normativos CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor justo, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas. b) Ativos financeiros: A Resseguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. Ativos financeiros

mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Resseguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iii. Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras e valores a receber e direitos junto a retrocessionários, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. c) Contratos de resseguro: A Resseguradora emite contratos de resseguro que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as Seguradoras e Resseguradoras (denominadas "cedentes"). O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro visto que é definido como uma operação em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetar o adversamento, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC nº 11. d) Retorno de resseguros e custos de aquisição diferidos: Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos em retrocessão e os custos de aquisição correspondentes às operações de resseguro são registrados na data da emissão dos contratos e apropriados ao resultado ao longo do período de vigência do risco. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e ajustados no momento em que as prestações de contas com os valores efetivos são enviadas pelas cedentes. Essas estimativas são revistas e recalculadas mensalmente. e) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Resseguradora estão divulgadas abaixo:

Grupo de ativos	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação (%)
Imóveis	50	2
Móveis e utensílios	5	20
Veículos	5	20
Equipamentos	5	20

f) Intangíveis: Compreende softwares cuja amortização é efetuada a taxas anuais de 20%, integralmente amortizada na data-base. g) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda de valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrerem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. h) Teste de adequação do passivo: Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517/2015 e posteriores alterações. Para esse teste, a Resseguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes. Os fluxos de caixa futuros foram definidos a partir de segmentos de negócios e premissas alinhados com a sua gestão dos riscos de resseguro, considerando-se a experiência da Resseguradora no Brasil. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente considerando as taxas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco e cupom cambial definida pela SUSEP. Caso seja identificada insuficiência das provisões de prêmios, deve ser constituída a provisão complementar de cobertura para reconhecer esse montante. Os ajustes decorrentes de insuficiência nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuadas nas próprias provisões. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data-base. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada (SUSEP)
Grupo de ramo	Sinistralidade
Resseguros de Danos	105,4%
Resseguros de Pessoas	92,1%
i) Provisões técnicas:	As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A provisão de prêmios não ganhos (PNNG), é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data do balanço de acordo com a responsabilidade da Resseguradora. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados e a metodologia de apuração considera a estimativa do montante de indenizações e despesas de sinistros por ano de subscrição dos contratos emitidos, grupo de ramo e tipo de negócio, utilizando-se os sinistros avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Os percentuais utilizados para estimar os sinistros são aplicados sobre os prêmios emitidos dos últimos 36 meses e são definidos com base na experiência histórica da Companhia. A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída se a Companhia apurar insuficiência através do teste de adequação de passivos - TAP (Liability adequacy test - LAT) O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 - Contratos de Seguro. Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. A provisão de excedentes técnicos (PET), é constituída para os contratos com cláusulas de comissões variáveis em função de sinistralidade e a participação em lucros e/ou perdas, estimando-se individualmente o valor destinado à distribuição de excedentes. Julgamento qualitativo

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2021	2020
Prêmios emitidos líquidos	18c	1.040.894	593.843
Variações das provisões técnicas	18d	(57.069)	(177.206)
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>18a</b>	<b>983.825</b>	<b>416.637</b>
Sinistros ocorridos	18e	(877.247)	(522.275)
Custos de aquisição	18f	(10.838)	(9.119)
Outras receitas e despesas operacionais	18k	(1.287)	(2.823)
Resultado com retrocessão	18g	(47.559)	145.452
Despesas administrativas	18h	(10.258)	(9.843)
Despesas com tributos	18i	(27.710)	(17.283)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>18j</b>	<b>31.739</b>	<b>25.578</b>
Receitas financeiras		200.009	118.760
Despesas financeiras		(168.270)	(

**MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ nº 01.396.770/0001-68**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Em milhares de reais)

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

a) Composição das aplicações financeiras:

Títulos	Ativos			Total							
	1 a 360 dias (A)	Acima de 360 dias (B)	Sem vencimento (C)	Valor contábil (D = A + B + C)	Valor curva (E)	Valor justo (F)	Ajuste a valor justo (F - E)	2021 (G)	% (H)	2020 (I)	% (J)
<b>Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>381.198</b>	<b>175.874</b>	<b>(68)</b>	<b>557.004</b>	<b>556.841</b>	<b>557.004</b>	<b>163</b>	<b>557.004</b>	<b>83,44%</b>	<b>382.232</b>	<b>73,61%</b>
Vinculados à cobertura de reservas técnicas - Carteira própria											
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	16.533	32.758	-	49.291	49.405	49.291	(114)	49.291	7,38%	47.092	9,07%
<b>Vinculados à cobertura de reservas técnicas - Fundos de investimento exclusivo</b>											
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	358.220	143.116	-	501.336	501.059	501.336	277	501.336	75,09%	280.290	53,98%
Operações Compromissadas (b)	6.445	-	-	6.445	6.445	6.445	-	6.445	0,96%	54.844	10,55%
Caixa/contas a pagar	-	-	(68)	(68)	(68)	(68)	-	(68)	0,01%	6	0,00%
<b>Ativos financeiros designados como disponíveis para venda</b>		<b>88.454</b>		<b>88.454</b>	<b>99.911</b>	<b>88.454</b>	<b>(11.457)</b>	<b>88.454</b>	<b>13,25%</b>	<b>106.308</b>	<b>20,48%</b>
Vinculados à cobertura de reservas técnicas - Carteira própria:											
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	88.454	-	88.454	99.911	88.454	(11.457)	88.454	13,25%	106.308	20,48%
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>		<b>22.105</b>		<b>22.105</b>	<b>22.105</b>	<b>22.433</b>	<b>328</b>	<b>22.105</b>	<b>3,31%</b>	<b>30.652</b>	<b>5,91%</b>
Vinculados à cobertura de reservas técnicas - Fundos de investimentos exclusivo:											
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	1.390	-	1.390	1.390	1.375	(15)	1.390	0,21%	11.867	2,29%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	20.715	-	20.715	20.715	21.058	343	20.715	3,10%	18.785	3,62%
<b>Total Geral</b>	<b>381.198</b>	<b>286.433</b>	<b>(68)</b>	<b>667.563</b>	<b>678.857</b>	<b>667.891</b>	<b>(10.966)</b>	<b>667.563</b>	<b>100%</b>	<b>519.192</b>	<b>100,00%</b>

(a) Existem saldos registrados nos fundos de investimentos classificados como "Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado", com vencimentos superiores a 1 ano, que podem ser negociados, se necessário for, antes mesmo de seu vencimento, os quais estão registrados no Ativo Circulante em razão de sua liquidez imediata. (b) Composto substancialmente por títulos públicos utilizados como lastro para operações compromissadas, contabilizados pelo custo de aquisição e acrescidos de rentabilidade do período, tendo seu valor contábil muito próximo ao valor de mercado. **Quotas de fundo de investimento e títulos em carteira própria:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). As operações compromissadas são operações de compra e venda de um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **Hierarquia do valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Resseguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Resseguradora possui ativos de títulos públicos classificados no Nível 1 e operações compromissadas no Nível 2.

b) Taxa de juros contratada:

Descrição dos títulos	2021		2020	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Operações compromissadas	9,25	9,25	2,00	2,00
LFT	14,25	2,00	14,25	2,00
NTN-F	9,00	2,00	9,00	2,00
NTN-B	8,75	8,50	8,75	8,50

c) Movimentação das aplicações financeiras:

Descrição dos títulos	2021					
	Saldo Inicial	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	Saldo final
<b>Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado (a)</b>						
LFT	327.382	237.000	(29.111)	-	15.356	550.627
Operações compromissadas	54.844	66.561	(127.083)	-	12.123	6.445
Caixa/contas a pagar	6	-	(74)	-	-	(68)
<b>Ativos financeiros designados como disponíveis para venda</b>						
NTN-F	106.308	-	(8.445)	(11.457)	2.048	88.454
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>						
NTN-F	11.867	-	(10.591)	-	114	1.390
NTN-B (b)	18.785	-	(576)	-	2.506	20.715
<b>Total</b>	<b>519.192</b>	<b>303.561</b>	<b>(175.880)</b>	<b>(11.457)</b>	<b>32.147</b>	<b>667.563</b>

(a) O ajuste a VJMR foram reconhecidos junto com os rendimentos financeiros em conta de resultado. (b) Trata-se de recebimento/resgate de juros pagos no exercício.

Descrição dos títulos

Título	2020					
	Saldo Inicial	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	Saldo final
<b>Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado (a)</b>						
LFT	309.076	46.555	(30.763)	-	2.514	327.382
TDA	3	-	(3)	-	-	-
Operações compromissadas	86.639	199.500	(241.119)	-	9.824	54.844
Caixa/contas a pagar	(36)	42	-	-	-	6
<b>Ativos financeiros designados como disponíveis para venda</b>						
NTN-F	-	99.910	-	4.886	1.512	106.308
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>						
NTN-F	11.633	-	-	-	234	11.867
NTN-B	18.009	-	-	-	776	18.785
<b>Total</b>	<b>425.324</b>	<b>346.007</b>	<b>(271.885)</b>	<b>4.886</b>	<b>14.860</b>	<b>519.192</b>

(a) O ajuste a VJMR foram reconhecidos junto com os rendimentos financeiros em conta de resultado.

**6. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS E RESSEGUADORAS**

a) Operações com seguradoras e resseguradoras: a.1) Créditos das operações com seguros e resseguros: Os saldos de créditos de operações com seguradoras e resseguradores estão assim apresentados:

	2021	2020
Prêmios de resseguros aceitos estimados - EPI (a)	48.038	69.241
Prêmios de resseguros aceitos efetivos (b)	-	635
Sinistros a recuperar (c)	326.355	273.462
<b>Total</b>	<b>361.491</b>	<b>337.411</b>

(a) Vide nota 6b2. (b) Vide nota 6b1. (c) A Resseguradora mantém um estudo interno e avalia periodicamente se há evidência objetiva de que as recuperações de sinistros possam estar deterioradas. O estudo leva em consideração as contrapartes envolvidas, classificação de rating por histórico de adimplência, retrocessionários com valores já recebidos e ainda não baixados apresentados na rubrica depósito de terceiros e tratamento especial para o retrocessionários em negociação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o estudo não identificou necessidade de constituição de redução ao valor recuperável (RVF).

a.2) Débitos de operações com seguros e resseguros: Os saldos de débito de operações com resseguradores estão assim apresentados:

	2021	2020
Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)	16.644	42.502
Prêmios de retrocessão cedidos efetivos (b)	194.334	116.847
Sinistros	-	243
<b>Total</b>	<b>210.978</b>	<b>159.592</b>

(a) Vide nota 6b2. (b) Vide nota 6b1.

b) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos:

b.1) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2021	2020	2021	2020
Patrimonial	142.320	64.280	73.075	30.628
Rural	45.042	21.899	61.774	25.266
Responsabilidade civil	25.708	10.360	26.727	8.403
Transportes	17.993	20.505	2.269	2.182
Pessoas coletivo	12.359	12.783	1.268	2.144
Aeronáuticos	12.067	26.924	17.415	31.714
Petróleo	10.995	20.174	10.995	-
Pessoas individual	5.362	5.646	480	2.465
Riscos financeiros	2.997	7.612	179	4.567
Habitacional	1.957	2.719	142	113
Marítimos	1.753	6.844	-	5.562
Automóvel	380	3.921	10	3.803
<b>Total</b>	<b>278.333</b>	<b>203.667</b>	<b>194.334</b>	<b>116.847</b>

(\*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras e Operações com resseguradoras". Vide nota 6a1.

(\*\*) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros". Vide nota 6a2.

c) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos:

c.1) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2021	2020	2021	2020
Saldo início do exercício	203.667	74.989	116.847	28.140
Emissões	1.070.664	563.645	712.378	298.941
Recebimentos/pagos	(992.148)	(434.659)	(626.438)	(210.130)
Oscilação cambial	(3.850)	(308)	(8.453)	(104)
<b>Saldo final do período</b>	<b>278.333</b>	<b>203.667</b>	<b>194.334</b>	<b>116.847</b>

c.2) Fluxo de realização dos prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI):

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2021	2020	2021	2020
Patrimonial	25.596	49.113	13.954	38.658
Pessoas coletivo	14.441	24.909	24	-
Pessoas individual	8.500	3.688	-	-
Riscos financeiros	7.184	6.879	239	339
Rural	1.435	590	1.435	590
Habitacional	1.050	784	100	50
Responsabilidade civil	1.037	3.149	884	2.807
Transportes	445	483	8	58
Automóvel	275	85	-	-
Marítimos	-	30	-	-
Aeronáuticos	59.963	89.733	16.644	42.502
<b>Total</b>	<b>59.963</b>	<b>89.733</b>	<b>16.644</b>	<b>42.502</b>

(\*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras e Operações com resseguradoras". Vide nota 6a1.

(\*\*) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros". Vide nota 6a2.

c) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos:

c.1) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2021	2020	2021	2020
Saldo início do exercício	203.667	74.989	116.847	28.140
Emissões	1.070.664	563.645	712.378	298.941
Recebimentos/pagos	(992.148)	(434.659)	(626.438)	(210.130)
Oscilação cambial	(3.850)	(308)	(8.453)	(104)
<b>Saldo final do período</b>	<b>278.333</b>	<b>203.667</b>	<b>194.334</b>	<b>116.847</b>

c.2) Fluxo de realização dos prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI):

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2021	2020	2021	2020
Saldo início do exercício	89.733	59.535	42.502	13.254
Constituições	398.940	263.448	270.888	176.443
Reversões (-)	(428.710)	(233.250)	(296.746)	(147.195)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>59.963</b>	<b>89.733</b>	<b>16.644</b>	<b>42.502</b>

(\*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras e Operações com resseguradoras".

(\*\*) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros".

d) Fluxo de realização dos prêmios a receber e retrocedidos:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	256.132	433.088	389.106	16.021
Constituições	1.040.894	-	163.079	6.036
Reversões	(947.350)	-	(202.522)	(1.591)
Aviões de Sinistros	-	-	916.690	-
Pagamentos de sinistros	-	-	(374.806)	-
Oscilação cambial	(3.277)	12.487	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>247.299</b>	<b>987.459</b>	<b>349.663</b>	<b>20.466</b>

b) Ativos de contratos de resseguros (retrocessão) - movimentação:

	2021		2020	
	PPNG - Retro PSL	IBNR - Retro PET	PCC - Retro	Total
Saldo no início do exercício	129.323	272.819	186.005	4.488
Constituições	686.520	-	98.731	1.829
Reversões	(636.060)	-	(129.377)	(1.685)
Aviões de Sinistros	-	642.943	-	-
Pagamentos de sinistros	-	(170.462)	-	-
Oscilação cambial	(3.511)	11.147	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>176.272</b>	<b>756.447</b>	<b>155.359</b>	<b>4.632</b>

**16. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

Os ativos designados em garantia das provisões técnicas estão assim compostos:

	2021		2020	
	Total	%	Total	%
<b>Total dos ativos financeiros garantidores (***)</b>	<b>667.891</b>	<b>524.525</b>		
<b>Provisões técnicas</b>				
(+) Provisão de resseguro - PPNG	347.299	256.132		
(+) Provisão de sinistros - PSL	987.459	433.088		
(+) Provisão de sinistros - IBNR	349.663	389.106		
(+) Provisão complementar de prêmio - PCC	-	40.920		
(+) Provisão de resseguro - PET	20.466	16.021		
<b>Total das provisões técnicas (a)</b>	<b>1.704.887</b>	<b>1.135.267</b>		

continuação

**MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ nº 01.396.770/0001-68**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Em milhares de reais)

no processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: *Comitê financeiro*, constituído com o caráter de análise e avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentro ou fora, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. *Comitê diretivo*: este comitê tem por finalidade zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Resseguradora, bem como definir a estratégia de negócios. A Administração revisa e estabelece políticas para gestão dos riscos de resseguro, crédito, liquidez, mercado e operacional, os quais são resumidos a seguir: *Risco de resseguro*: O principal risco para a Resseguradora nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas de sinistralidade para os contratos. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua severidade, valores efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Resseguradora é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros. A diversificação de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes prudenciais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes. As diretrizes de avaliação de riscos são mensuradas conforme critérios estabelecidos pela MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A. A Resseguradora retrocede e adquire proteções como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais. Na retrocessão proporcional, a Resseguradora cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. As proteções são compradas em bases não proporcionais. Nas proteções a retrocessionária se compromete a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Resseguradora.

*Prêmios emitidos por tipo de contrato*: A Resseguradora não realiza a segregação dos prêmios por região geográfica brasileira. Para fins de análise de risco, o Brasil é utilizado como uma única região geográfica e a Resseguradora faz a análise de prêmios considerando-o uma única região. A tabela abaixo demonstra a concentração dos prêmios emitidos e o comissionamento dos contratos de resseguros por grupo de ramos:

	Prêmios emitidos brutos		Comissões de resseguros (cedentes) (b)		Prêmios líquidos (c) = (a) - (b)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Patrimonial	753.818	386.981	80.211	44.144	673.607	342.837
Rural	120.229	43.412	29.542	10.089	90.687	33.323
Aeronáutico	60.971	41.106	10.376	7.528	50.595	33.578
Pessoas coletivo	60.353	70.070	6.916	8.606	53.437	61.464
Responsabilidade civil	53.513	20.523	6.796	2.478	46.717	18.045
Pessoas individual	39.280	30.660	157	1.139	39.123	29.521
Riscos financeiros	38.770	41.504	14.659	14.762	24.111	26.742
Transporte	29.929	27.744	846	983	29.083	26.761
Petróleo	17.365	(6)	21	—	17.344	(6)
Habitacional	11.872	11.431	3.633	3.760	8.239	7.671
Marítimo	5.428	7.825	94	211	5.334	7.614
Automóvel	2.856	6.436	239	143	2.617	6.293
<b>Total</b>	<b>1.194.384</b>	<b>687.686</b>	<b>153.490</b>	<b>93.843</b>	<b>1.040.894</b>	<b>593.843</b>

A tabela abaixo demonstra a concentração dos prêmios emitidos líquidos dos contratos de retrocessão por grupos de ramos:

	Prêmio emitido líquido (a)	
	2021	2020
Patrimonial	198.195	122.120
Pessoas coletivo	52.193	57.406
Pessoas individual	37.287	24.702
Transporte	25.909	23.057
Riscos financeiros	21.014	21.350
Habitacional	7.536	6.731
Responsabilidade civil	7.122	5.304
Automóvel	2.503	2.236
Marítimo	1.710	1.749
Aeronáutico	882	665
Rural	22	340
Petróleo	—	(6)
<b>Total</b>	<b>354.373</b>	<b>265.654</b>

(a) O valor informado composto está líquido dos efeitos das operações de retrocessão.

	Prêmios emitidos líquidos por moeda	
	2021	2020
Real - BRL	336.259	246.063
Dólar - USD	18.114	19.591
<b>Total</b>	<b>354.373</b>	<b>265.654</b>

*Principais premissas*: A principal premissa relativa às estimativas de passivos é a evolução de sinistros futuros da Resseguradora que seguirá um padrão semelhante ao de sinistros passados. Isso inclui premissas relativas ao custo médio de sinistros, custo de tratamento de sinistros, fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada período, tendo o fato que não observamos nenhum fator futuro que altere esta premissa. *Sensibilidade*: Os passivos de contratos de resseguro dos ramos elementares são sensíveis às principais premissas apresentadas abaixo. A análise a seguir é realizada para variações razoavelmente possíveis nas principais premissas, mantendo todas as demais premissas constantes, mostrando o impacto sobre passivo bruto e líquido, logo antes dos impostos e patrimônio líquido. A correlação de premissas terá um efeito significativo na determinação do passivo por sinistros, contudo, para demonstrar o impacto de mudanças nas premissas, essas tiveram que ser alteradas de forma individual. As variações nas referidas premissas não são lineares. Os percentuais de variação das premissas são calculados com base na variação dos sinistros incorridos considerando a média dos últimos 36 (trinta e seis) meses sendo aplicados sobre a provisão de sinistros líquida dos efeitos de retrocessão.

Premissas	2021		Impacto sobre o lucro antes dos impostos	Impacto sobre o patrimônio líquido (*)
	Varição das premissas	Bruto de retrocessão		
Elevação nas provisões de sinistros	1,89%	(34.970)	30.059	(4.911)
(*) O impacto sobre o patrimônio líquido reflete ajustes de impostos.				(2.701)

*Tabela de evolução de sinistros*: O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos sinistros incorridos acumulados pela MAPFRE RE para cada ano de subscrição dos contratos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra a evolução dos sinistros incorridos acumulados no decorrer dos anos. Os montantes de sinistros incorridos acumulados variam à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis na data-base dessas demonstrações financeiras e a tabela de desenvolvimento de sinistros está líquida dos efeitos de IBNR. **Sinistros brutos de Retrocessão**:

	Ano de subscrição do contrato													
	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Montante avisado de sinistros	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014 <td>2013</td> <td>2012</td> <td>2011</td> <td>2010</td> <td>2009</td> <td>2008</td>	2013	2012	2011	2010	2009	2008
No ano de subscrição	201.430	213.121	39.939	80.480	10.635	9.241	17.803	31.981	67.099	75.854	25.432	27.790	28.387	829.192
Um ano após o ano de subscrição	—	606.650	131.054	98.531	57.825	41.818	44.888	87.068	90.329	99.722	116.334	82.287	50.176	1.506.682
Dois anos após o ano de subscrição	—	—	87.925	67.397	29.955	17.572	16.261	36.831	12.134	22.245	22.034	39.576	16.242	368.172
Três anos após o ano de subscrição	—	—	—	17.920	7.378	29.491	4.234	9.388	69.072	30.477	7.721	2.858	2.192	180.731
Quatro anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	841	2.238	(293)	(1.227)	3.087	(1.815)	6.562	(876)	2.092	10.609
Cinco anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	(4.709)	1.524	1.234	6.044	28.173	6.208	6.397	1.964	46.835
Seis anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	2.353	(1.448)	5.138	10.318	7.159	(6.436)	(517)	16.567
Sete anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	3.505	1.828	(8.241)	5.070	457	(492)	2.127
Oito anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	—	8.482	(3.207)	858	(4.982)	839	1.990
Nove anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(954)	1.616	(3.229)	2.777	210
Dez anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(4.025)	1.094	305	(2.626)
Onze anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.520	1.289	2.809
Doze anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7.264	7.264
Total de sinistros avisados até a data-base (2021)	201.430	819.771	258.918	264.328	106.634	95.651	86.770	167.332	263.213	252.572	194.969	146.456	112.518	2.970.562
<b>Pagamento de sinistros efetuados</b>	<b>36.127</b>	<b>264.278</b>	<b>183.048</b>	<b>221.831</b>	<b>99.227</b>	<b>81.064</b>	<b>82.261</b>	<b>158.773</b>	<b>187.254</b>	<b>237.569</b>	<b>186.728</b>	<b>141.049</b>	<b>103.894</b>	<b>1.983.103</b>
<b>Sinistros pendentes - saldo contábil na data-base (2021)</b>	<b>165.303</b>	<b>555.493</b>	<b>75.870</b>	<b>42.497</b>	<b>7.407</b>	<b>14.587</b>	<b>4.509</b>	<b>8.559</b>	<b>75.959</b>	<b>15.003</b>	<b>8.241</b>	<b>5.407</b>	<b>8.624</b>	<b>987.459</b>

	Ano de subscrição do contrato													
	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	Total
Montante avisado de sinistros	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014 <td>2013</td> <td>2012</td> <td>2011</td> <td>2010</td> <td>2009</td> <td>Total</td>	2013	2012	2011	2010	2009	Total
No ano de subscrição	168.138	195.210	28.853	85.546	3.177	4.408	17.748	12.780	31.647	59.234	12.677	17.222	6.331	642.971
Um ano após o ano de subscrição	—	463.506	40.118	21.120	4.150	2.094	19.449	20.296	25.817	56.096	95.068	61.877	22.972	832.563
Dois anos após o ano de subscrição	—	—	14.145	13.393	1.867	3.067	10.449	3.200	2.556	10.843	(6.313)	22.376	8.353	83.936
Três anos após o ano de subscrição	—	—	—	11.124	(298)	23.042	(44)	2.684	60.241	26.880	4.406	5.289	567	133.891
Quatro anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	(3)	510	234	(2)	5.711	(3.155)	2.422	(1.676)	1.368	5.409
Cinco anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	(7.924)	(4)	79	(230)	23.049	1.908	3.948	666	21.492
Seis anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	210	(2.175)	3.199	10.975	3.397	(5.214)	(193)	10.199
Sete anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	424	125	(11.508)	2.355	438	283	(7.883)
Oito anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	—	119	(2.781)	641	(6.079)	372	(7.728)
Nove anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(735)	740	(3.878)	847	(3.026)
Dez anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(3.314)	225	174	(2.915)
Onze anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.966	619	2.585
Doze anos após o ano de subscrição	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6.431	6.431
Total de sinistros avisados até a data-base (2021)	168.138	658.716	83.116	131.183	8.893	25.197	48.042	37.286	129.185	168.898	113.987	96.494	48.790	1.717.925
<b>Recuperação de sinistros efetuados</b>	<b>15.627</b>	<b>200.301</b>	<b>51.328</b>	<b>114.485</b>	<b>8.573</b>	<b>13.159</b>	<b>47.115</b>	<b>34.763</b>	<b>62.310</b>	<b>167.921</b>	<b>110.913</b>	<b>92.807</b>	<b>42.176</b>	<b>961.478</b>
<b>Sinistros pendentes - saldo contábil na data-base (2021)</b>	<b>152.511</b>	<b>458.415</b>	<b>31.788</b>	<b>16.698</b>	<b>320</b>	<b>12.038</b>	<b>927</b>	<b>2.523</b>	<b>66.875</b>	<b>977</b>	<b>3.074</b>	<b>3.687</b>	<b>6.614</b>	<b>756.447</b>

À medida que os sinistros ocorrem e existe maior certeza em relação ao seu custo final, o nível relativo de margem mantida deve ser reduzido. *Risco de crédito*: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Resseguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivo que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode ser materializado, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte das seguradoras; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; e c) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. *Exposição ao risco de crédito de resseguro/retrocessão*: A Administração entende que, no que se refere às operações de resseguros, há uma exposição moderada ao risco de crédito, uma vez que a Resseguradora opera com ampla carteira de clientes, todos supervisionados pela SUSEP e com diversos produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de retrocessão, a Resseguradora está exposta a concentrações de risco com retrocessionárias individuais. Os procedimentos de retrocessão só podem ser alterados e efetivados mediante prévia análise creditícia da contraparte e de autorização expressa da controladora. As aplicações financeiras que demonstram a exposição máxima ao risco de crédito e itens como compromissos futuros, é apresentada pelo valor bruto, antes do efeito da mitigação, por meio do uso de contratos principais de liquidação ou avais (Nota 5).

**Ativos financeiros**

Títulos públicos (*)	Rating		Valor Contábil	
	2021	2020	2021	2020
	Standard & Poor's	AAA	AAA	667.563
				519.192

(\*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 6.445 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 54.844 em 2020), com lastro em títulos públicos. O sistema de classificação de risco de crédito está fundamentado em uma série de estudos financeiros, combinados com informações mercadológicas processadas de modo a fornecer os principais insumos para a mensuração dos riscos de uma contraparte. Todos os ratings internos de risco são adaptados às diferentes categorias e obtidos de acordo com a política de classificação de riscos adotada pela Resseguradora. Os ratings de risco atribuídos são avaliados e atualizados periodicamente. A Resseguradora avaliou os ativos e passivos originados de contratos de resseguro e retrocessão, conforme tabela abaixo:

	2021		2020	
	Ativo (b)	Passivo	Líquido	Ativo (b)
<b>Resseguradores (a)</b>	<b>Agência Certificadora</b>	<b>Rating</b>	<b>Ativo (b)</b>	<b>Passivo</b>
Local I	AM Best	A-	16	—
Local II	AM Best	A-	43.697	16.086
Admitida I	Standard & Poor's	A	655.296	118.319
Admitida II	Standard & Poor's	A+	12.250	1.513
Eventual I	Standard & Poor's	A-	3.145	9.683
Eventual II	Standard & Poor's	A-	5.969	3.673
Eventual III	Moody's	Baa1	54.913	31.292
Eventual IV	AM Best	A+	1.070	1.267
<b>Total</b>			<b>776.356</b>	<b>181.833</b>

(a) O rating das resseguradoras estrangeiras foi extraído do site da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enquanto os das resseguradoras locais foram extraídos das agências certificadoras. (b) O valor está composto pela "Provisão de sinistros a liquidar" mais a rubrica "Operações com resseguradores". A Resseguradora não considera os prêmios estimados para composição da nota, uma vez que eles não são líquidos e certos. Durante o exercício, não foram excedidos os limites de exposição ao crédito e não foi constatada evidência objetiva de deterioração em passivos de retrocessão. Não foram identificadas evidências objetivas para constituição do impairment de resseguro e/ou retrocessão. *Risco de liquidez*: O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos instrumentos financeiros. A Resseguradora dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição a risco de liquidez: A política da Resseguradora está baseada em manter saldos em tesouraria com valores suficientes para cobrir qualquer eventualidade derivada de suas obrigações com cedentes, retrocessionários, fornecedores e prestadores de serviço. A política de investimentos a respeito das operações de resseguros consiste no casamento dos vencimentos das aplicações com as obrigações contratadas pelos contratos de resseguros. Com objetivo de minimizar a exposição a este risco, adicionalmente, a maioria das aplicações de renda fixa são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional com elevada qualificação de liquidez.

	2021		2020	
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo	7.877	—	—	7

→☆ continuação

**MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ nº 01.396.770/0001-68**

**DIRETORIA**

Ricardo Scacalossi Mariano  
**Diretor-Presidente**

Fredi Martins Curquejo  
**Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico**

**CONTADORA**

Valdirene Veiga da Silva  
CRC 1SP200328/O-7

**ATUÁRIO**

Fabio Marcondes de Sousa  
MIBA nº 1360

**PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Parecer dos atuários auditores independentes Aos Acionistas e Administradores da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros São Paulo - SP**  
**CNPJ: 10.808.462/0001-93**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

**Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em seus aspectos mais relevantes.



**Ricardo Pacheco**  
MIBA 2.679  
**Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.**  
CNPJ 03.801.998/0001-11  
CIBA 57

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022  
**Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes**  
(A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa)  
**Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2021**

Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Provisão de Prêmios Não Ganhos	347.299
Provisão de Sinistros a Liquidar	987.459
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	349.663
Provisão de Despesas Relacionadas	-
Provisão de Excedentes Técnicos	20.466
Provisão Complementar de Cobertura	-
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>1.704.887</b>
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
Direitos Creditórios	141.420
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	-
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	106.048
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	756.447
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	155.359
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	-
Ativos de Resseguro de PCC	-
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores - PET	4.632
<b>Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas</b>	<b>1.163.906</b>
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em R\$ Milhares
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	233.786
Capital Base (b)	60.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	98.566
Capital de Risco - Crédito (d)	53.303
Capital de Risco - Mercado (e)	8.353
Capital de Risco - Operacional (f)	10.113
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(24.201)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	146.334
<b>Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)</b>	<b>146.334</b>
<b>Suficiência do PLA (a) - (i)</b>	<b>87.452</b>

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da  
**MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Avaliação da mensuração das Provisões técnicas de resseguros (IBNR e PCC) e do Teste de adequação de passivos (TAP)**

Veja as Notas nºs 3(h), 3(i) e 15 das demonstrações financeiras

**Principal assunto de auditoria**

**Como auditoria endereçou esse assunto**

A Resseguradora mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de resseguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021: provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão complementar de cobertura (PCC). Para calcular o teste de adequação de passivos e das provisões técnicas (IBNR e PCC); passivos (TAP) e mensurar as referidas provisões técnicas de resseguro, a Resseguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros e taxas de descontos. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de contratos de resseguro citadas como um principal assunto de auditoria dado o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas (IBNR e PCC); (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram; (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração da provisão de IBNR, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores dos sinistros, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

**Mensuração dos prêmios estimados de contratos de resseguro**

Veja as Notas nºs 3(d), 3(m(i)), 6 e 18(c) das demonstrações financeiras

**Principal assunto de auditoria**

**Como auditoria endereçou esse assunto**

A Resseguradora mantém registros de prêmios estimados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, decorrentes das operações (i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos de resseguro, cuja mensuração está fundamentada em estudo técnico relacionado ao processo de subscrição de riscos, processo de conciliação. Para elaborar a estimativa de mensuração desses prêmios estimados, a Resseguradora utiliza-se de premissas de expectativa de emissões de prêmios estimados; (ii) na conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo nos prêmios de resseguro efetivos de prêmios estimados; (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de prêmios de resseguro inscritos e efetivos, utilizadas no estudo de prêmios estimados, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas no estudo dos prêmios estimados, como valores dos prêmios inscritos e prêmios efetivos e datas de registro, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP014428/O-6

**Érika Carvalho Ramos**  
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

